



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
PRESIDÊNCIA  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**ATA DA REUNIÃO CONJUNTA - COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO SEGUNDO GRAU.**

**I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO:** 25 de Novembro de 2021, às 09h, em ambiente virtual por videoconferência.

**II – MODO DE CONVOCAÇÃO:** Os integrantes do Comitê Orçamentário do 2º Grau foram convidados via convite pelo whatsapp e e-mail institucional, pela Assessoria de Planejamento e Organização – ASPLAN/TJAP, a saber: o Comitê tem na sua composição o Desembargador **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA** Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador **MARIO EUZÉBIO MAZUREK** e o Desembargador **ADÃO JOEL GOMES DE CARVALHO**, bem como o Diretor Geral, **ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA**, **GLÁUCIO MACIEL BEZERRA** Diretor do DEFIN, **JOÃO DE SOUZA TRAJANO**, Assessor de Planejamento/ASPLAN e **ANNE CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES** representante do SINJAP, além de membro suplente. Os integrantes do Comitê Orçamentário do 1º Grau receberam o convite via whatsapp e e-mail institucional, a saber: o Comitê tem na sua composição os Juizes de Direito, **NILTON BIANQUINI FILHO**, **JULLE ANDERSON DE SOUZA MOTA**, **MARCONI MARINHO PIMENTA**, **MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL**, além dos serventuários que fazem parte dos Comitês, a saber: **CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES**, **MARCELO VITOR MIRANDA**, **CELSO INAJOSA BARRETO**, **NEY ARNALDO PARENTE**, **GERALDO MAJELA ONIVES DE MATTOS**, assim como seus membros suplentes, tudo mediante convite assinado pelo Desembargador **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

**III - PAUTA:** 1 - Reestrutura de Programas e Ações com ênfase na Revisão do PPA 2020/2023; 2 - Transferência de Recursos Federais para o Orçamento do TJAP/2022; 3 - Sinopse da Proposta Orçamentária do TJAP – Exercício Financeiro 2022; 4 - Conteúdo da Proposta Orçamentária do TJAP – Visão Analítica; 5 - Sugestões e Adequações; 6 - O que ocorrer.

**IV – DELIBERAÇÕES:** 1) – Declarada aberta a reunião pelo Desembargador **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e **Membro do Comitê Orçamentário de Segundo Grau**, informou que se tratava da Reunião do Comitê Gestor Regional de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**PRESIDÊNCIA**  
**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Priorização do Primeiro Grau, com Comitê Orçamentário do Primeiro Grau e Segundo, iniciou sua fala informando primeiramente que os assuntos a serem tratados na reunião seriam, muito útil para melhorar a atividade Jurisdicional e Administrativa desempenhadas pelas equipes de Primeiro e Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Amapá, registrou que recebeu vasto material apresentado pela ASPLAN/TJAP, que seria apresentado e analisado tendo informações relacionadas a distribuição de recursos Orçamentários e Financeiros, sendo eles distribuídos por Grau de Jurisdição, tendo hoje em torno de 60% (sessenta) para Primeiro Grau de Jurisdição, 8% (oito) para Segundo Grau e 32% (trinta e dois) entre o Primeiro e Segundo Graus, informou que a política da atual Gestão do TJAP, vem dando a devida atenção e apoio as atividades relacionadas ao 1º Grau de Jurisdição. Destacando que sua Gestão não ira deixar de dar apoio e atenção a sua mão de obra, que são os Serventuários da Justiça do Estado do Amapá, por conta de ainda estarmos enfrentando período pandêmico, portanto temos a necessidade de ter uma relação mais humana entrem todos os Membros do Poder Judiciário, sem esquecer-se de quem aciona a Justiça que são os jurisdicionados. Após as considerações do Presidente, passou a palavra a **ASPLAN/TJAP**, o Servidor **AUGUSTO CESAR**, iniciou informando sobre a evolução dos valores Orçamentários, referente aos últimos 05 (cinco) anos. No exercício de 2018 o orçamento do **TJAP** ficou no montante de **R\$ 303.298.207,00** (trezentos e três milhões duzentos e noventa e oito mil e duzentos e sete reais), no exercício de 2019 passou para o valor de **R\$ 333.245.504,00** (trezentos e trinta e três milhões duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e quatro reais), teve um aumento de **9,87%** comparado ao exercício anterior. Em 2020 teve o valor de **R\$ 357.001.148,00** (trezentos e cinquenta e sete milhões um mil cento e quarenta e oito reais), comparado ao exercício anterior teve uma redução em **7,13%**, no exercício de 2021 o valor fixado em **R\$ 375.890.477,00** (trezentos e setenta e cinco milhões oitocentos noventa mil e quatrocentos e setenta e sete reais), comparado ao exercício anterior teve redução em **5,29%**, para o ano de 2022 teremos o Orçamento já aprovado no montante de **R\$ 392.880.727,00** (trezentos e noventa e dois milhões oitocentos e oitenta mil setecentos e vinte e sete reais), comparado ao exercício anterior teve redução em percentual em torno **4,52%**. Complementou informando que os Recursos Orçamentários Tratam-se Exclusivamente de Recursos do Poder Executivo referente aos repasses do duodécimo, não estão computados os Recursos Próprios (**FMRJ e FAJJJ**), e Recursos Provenientes de Convênios. **O Diretor do DEFIN e Membro do Comitê Orçamentário de Segundo Grau GLÁUCIO BEZERRA** fez uso da palavra, fazendo observações referentes à redução em percentual apresentada no quadro de Evolução do Orçamento do TJAP, referente ao período de 2018 até 2022, esclareceu que houve decréscimo em virtude da metodologia estabelecida pelo Conselho Estadual de Gestão Fiscal, para construção desses Orçamentos, por conta do índice de aplicação o IPCA, esse índice corresponde à inflação no País, ele vinha em trajetória de queda a partir de 2019, isso ajuda a explicar o decréscimo com



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**PRESIDÊNCIA**  
**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

uma inflação menor, índice de correção também ficava menor. Ressaltou que a existência de outras premissas para correção, variáveis adicionadas para influenciar no resultado maior no percentual de **9,87%**, no exercício de 2019 em comparação a 2018, pois o orçamento do TJAP sofreu um acréscimo de **R\$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais) para custear chamamento do Concurso Público, essa foi uma variável externa que não existiu em outros exercícios. O Servidor **AUGUSTO CESAR**, continuou a apresentação sobre a composição completa do Orçamento do TJAP para exercício de 2022, informando o montante de **R\$ 401.440.727,00** (quatrocentos e um milhões quatrocentos e quarenta mil e setecentos e vinte sete reais), tendo esses valores na sua composição, recursos vinculados detalhados para Repasse do Poder Executivo, Transferência de Recursos Federais – Convênios, Aplicações Financeiras (ESTIMADA), Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça – FMRJ (Fundo de Segurança Magistrados e Servidores – FUNSEG), Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e Juventude – FAJIJ e Fundo de Estruturação do Registro Civil – FERC. Em seguida o **Assessor de Planejamento e Organização – ASPLAN/TJAP** e **Membro do Comitê Orçamentário de Segundo Grau JOÃO TRAJANO**, fez uso da palavra explicando sobre recursos vinculados a Convênios Federais, registrou que o **TJAP** conseguiu acessar recurso para Exercício de 2022, na ordem de **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais), provenientes de Emenda da Bancada Federal do Estado do Amapá, sendo o projeto apresentado para investimentos em tecnologia da informação para fortalecimento do “**Programa da Justiça 4.0**”, valor já se encontra inscrito no Ministério de Justiça. Informando que existem Recursos Federais oriundo de Emenda parlamentar já disponibilizado, alguns já acessados parcialmente e outros em andamento de fase licitatória sendo executado pelo Tribunal de Justiça. Esclareceu que para o exercício de 2019 foi alocado o montante de a **R\$ 6.993.000,00** (seis milhões novecentos e noventa e três mil reais), já em 2020 **R\$ 3.150.000,00** (três cento cinquenta mil) e em 2021 temos o valor de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais), além de emendas especiais disponibilizadas na ordem de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) em 2020 e o mesmo valor em 2021. Para 2021 obtivemos a emenda de bancada na ordem de **R\$ 16.800.00,00** (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais), tendo como finalidade a construção do novo prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, estando em fase de assinatura do Convênio e posterior ser realizado os procedimentos para a Licitação. Foi passada a palavra ao **Diretor do DEFIN** e **Membro do Comitê Orçamentário de Segundo Grau GLÁUCIO BEZERRA**, onde passou a detalhar de forma analítica o Orçamento Financeiro do **TJAP** para exercício de 2022, informou que as Receita previstas estão definidas no montante de **R\$ 401.440.727,00** (quatrocentos e um milhões quatrocentos e quarenta mil setecentos e setenta reais). Destacando que o valor de **R\$ 392.880.727,00** (trezentos e noventa e dois milhões oitocentos e oitenta mil setecentos e vinte e sete reais) são de repasses feitos pelo Governo do Estado, os recursos da **EJAP** apesar de estarem demonstrando de forma analítica eles



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**PRESIDÊNCIA**  
**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

contemplam o Orçamento total do **TJAP**, registrando que gerencialmente a Escola Judicial já vem administrando esse orçamento com autonomia, sendo contabilizados de forma separada pelo **TJAP** para melhor análise. Já os recursos provenientes de rendimentos de aplicação definidos em **R\$ 110.000,00** (cento e dez mil reais), estes momentaneamente estão em caixa e por força da legislação precisam ser aplicados em Fundos de Investimentos de baixo risco, com liquidez imediata e rendem em torno do CDI. Esclareceu que o montante definindo para convênio no Quadro de Detalhamento de Despesa do **TJAP**, esta somente definida previsão Orçamentária para garantir a rubrica com elemento de despesa adequado, restou claro que a qualquer momento quando necessário, não terá dificuldade em alterar e alocar recursos a Proposta Orçamentária quanto a eventual Convênio venha ser recebido. Explicou que os fundos que compõem o Orçamento do **TJAP** para 2022 são eles: **FMRJ**, **FAJIJ** e **FERC**, ainda tendo o orçamento do **FUNSEG**, que por questões técnicas legislativas o seu programa de trabalho esta dentro do **FMRJ**. Os Fundos **FMRJ** e **FUNSEG** tem como sua fonte de recurso custas e taxas judiciárias, sendo definidos **80%** do que se arrecada para seu orçamento o que perfaz valor de **R\$ 6.930.000,00** (seis milhões novecentos e trinta mil), já o **FAJIJ** são **20%** das taxas o que corresponde ao orçamento de **R\$ 340.000,00** (trezentos e quarenta mil). O **FERC** teve sua dotação orçamentária em **R\$ 180.000,00** (cento e oitenta mil), tendo como fonte de recurso e objeto a retribuição de atos gratuitos praticados pelos registradores Cíveis os Cartórios. Continuou sua apresentação falando sobre gastos por segmentos, a **FOLHA DE PAGAMENTO** consumindo o orçamento de **R\$ 326.033.911,00** (trezentos e vinte e seis milhões trinta e três mil e novecentos e onze reais) **81,3%** do orçamento, os passivos com **PARCELAMENTOS** de Imposto de Renda e **AMPREV**, contemplando as correções monetárias das parcelas acordadas para exercício de 2022, absorvendo o montante orçamentário de **R\$ 15.750.000,00** (quinze milhões setecentos e cinquenta mil) o que corresponde a **3,9%** do orçamento, despesas com **CUSTEIO** que chagam a **R\$ 53.489.416,00** (cinquenta e três milhões quatrocentos e oitenta e nove mil quatrocentos e dezesseis reais) o que equivale a **13,3%**, por final em gastos com **INVESTIMENTO** no valor de **R\$ 5.947.400,00** (cinco milhões novecentos e quarenta e sete mil quatrocentos reais) **1,5%** do orçamento, ressaltou que existem projetos destinado para conservação, melhorias e pequenas reformas nas instalações física do **TJAP**. O Desembargador **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá concedeu a palavra ao **Juiz de Direito e Membro Titular do Comitê Gestor Regional de Priorização de 1º Grau e Comitê Orçamentário do 1º Grau MARCONI MARINHO PIMENTA**, que se manifestou no sentido de que toda apresentação não deixou qualquer duvidas e questionamentos, em seguida o Desembargador **ADÃO JOEL GOMES DE CARVALHO** e **Membro do Comitê Orçamentário de Segundo Grau** se manifestou em não ter nenhuma duvida a ser feita. O servidor **PAULO BEZERRA** da **ASTECIN/TJAP**, fez uso da palavra e observou uma questão



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
PRESIDÊNCIA  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

quanto a falta de Execução Orçamentária dos Recursos FAJIIJ, em seguida o **Assessor de Planejamento e Organização – ASPLAN/TJAP** e **Membro Titular do Comitê Orçamentário de Segundo Grau JOÃO TRAJANO**, sugeriu que a pauta levantada só fosse deliberada diretamente com o Desembargador **GILBERTO DE PAULA PINHEIRO**, pelo fato do mesmo ser o coordenador do fundo FAJIIJ, e não fazer parte dos Comitês de Primeiro e Segundo Grau, além de não estar participando da reunião.

O Servidor **Ladilson Moita**, fez uso da palavra com informações de que a atual Gestão do TJAP já executou em torno de **R\$ 800.000,00** (oitocentos mil reais) com Notas de Empenho emitidas, e que vem encontrando dificuldades com fornecedores para entregar os materiais solicitados, oriundos de licitações de materiais esportivos entre outros, informou que no exercício de 2020 foram aprovados um pouco mais de **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais) em projetos elaborados e licitados para atender demandas do FAJIIJ, e ressaltou que enfrentaram a mesma dificuldade, informação essa corroborada pelo **Diretor do DEFIN** e **Membro Titular do Comitê Orçamentário de Segundo Grau GLÁUCIO BEZERRA**, sugeriu a criação de algum mecanismo para suprir esse problema sempre enfrentado junto a fornecedores. Em seguida fez uso da palavra a Servidora **ANNIE CHRYSTIANE DE A SILVA MARQUES** **Membro Titular do Comitê Orçamentário de Segundo Grau** e Presidente do SINJAP, questionou se era de conhecimento do Presidente e Membros do Comitê, sobre a pauta em discussão em andamento pleiteada através de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual **Paulo Lemos** junto a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, a qual trata sobre reposição de perdas inflacionárias dos Serventuários do TJAP, fez também questionamento se seria possível se estabelecer parâmetro mínimo para exercício de 2022. O Desembargador **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e **Membro Titular do Comitê Orçamentário de Segundo Grau**, respondeu que ira aguardar qual vai ser posicionamento da Casa Legislativa sobre a matéria pleiteada, sendo criada alguma lei vai delibar junto a este Comitê, e tem por obrigação por juramentos Constitucionais dar o devido cumprimento dentro da capacidade Orçamentária e Financeira do TJAP, ressaltou ainda como a discussão esta sendo analisado pelo Poder Legislativo e em respeito à independência dos poderes, que neste momento o impede de se manifestar e tecer qualquer tipo de posição e comentário.

**VI – ENCERRAMENTO:** - E por não haver mais nada a tratar, e considerando todas as informações relativas ao Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá – TJAP/AP para exercício de 2022 terem sido amplamente discutidas e esclarecidas por esse Comitê, a presente ata lavrada por mim, Italo Bruno Caldas Paulo – Assessor da Presidência e Lotado na

T:\ASSPLAN\A GESTÃO ADMINISTRATIVA\COMITÊ GESTOR E ORÇAMENTÁRIO 1º e 2º GRAUS\COMITÊ GESTOR E ORÇAMENTÁRIO DO 1º GRAU\MATERIAL REUNIÕES\Reunião Conjunta Comites 1º e 2º 25.11.2021\ATA 25.11.2021\_Reunião Conjunta Comitês Orçamentários 1º e 2º Graus.docx



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**PRESIDÊNCIA**  
**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

ASPLAN/TJAP, que secretariei e transcrevi, e após, encaminhada e aprovada pelos presentes de forma virtual. Macapá-AP, 25 de novembro de 2021.

Desembargador **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Presidente do TJAP e do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
e Orçamentário de Primeiro Grau e do Orçamentário do 2ª Grau

Desembargador **ADÃO JOEL GOMES DE CARVALHO**  
Membro do Comitê Gestor Regional de Priorização do 2º Grau

Juiz de Direito **MARCONI MARINHO PIMENTA**  
Membro Titular e Coordenador do Comitê Gestor Regional de Priorização de 1º Grau  
e do Comitê Orçamentário do 1ª Grau

**ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA**  
Membro do Comitê Orçamentário do 2ª Grau  
Diretor Geral/TJAP

**GLÁUCIO MACIEL BEZERRA**  
Membro do Comitê Orçamentário do 2ª Grau  
Diretor do Departamento Financeiro DEINF/TJAP

**JOÃO DE SOUZA TRAJANO**  
Membro do Comitê Orçamentário do 2ª Grau  
Assessor de Planejamento e Organização ASPLAN/TJAP

**ANNIE CHRYSSTIANE DA SILVA MARQUES**  
Membro Titular do Comitê Gestor Regional de Priorização de 1º Grau  
e Comitê Orçamentário do 1ª Grau Membro do Comitê Orçamentário do 2ª Grau  
Presidente do SINJAP